



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



TRIBUNAL PLENO

SESSÃO DE 27/09/2017

ITEM Nº 024

TC-000256/026/14

Município: Iguape.

Prefeito(s): Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro.

Exercício: 2014.

Requerente(s): Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro - Prefeito à época.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 13-09-16, publicado no D.O.E. de 30-09-16.

Advogado(s): Ivan Ribeiro da Costa (OAB/SP nº 292.412).

Acompanha(m): TC-000256/126/14 e Expediente(s): TC-040001/026/14, TC-018445/026/15, TC-006192/026/16, TC-009677/026/17 e TC-015117/026/17.

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalização atual: UR-12 - DSF-II.

Em apreciação o **PEDIDO DE REEXAME** interposto pelo Sr. Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro, Prefeito Municipal de Iguape à época, em face do r. parecer desfavorável emitido pela E. Primeira Câmara, em Sessão de 13.09.16¹, à aprovação das contas do exercício de 2014.

Relembro que a rejeição dos demonstrativos em Primeira Instância se deu em face das falhas destacadas na aplicação dos recursos do FUNDEB (limitados a 88,15% do valor transferido); na execução orçamentária (déficit 7,39% - R\$ 6.591.975,81) e financeira (negativa R\$ 15.916.287,17 – superior a 01 mês de arrecadação da RCL) e na gestão dos precatórios (ausência de informações confiáveis à apuração do montante devido).

Nesse sentido transcrevo excerto de interesse do r. voto proferido:

“a) Relembro que o Município teve retido R\$ 6.352.581,65 para a formação do Fundo, conquanto recebeu R\$ 10.847.873,19 – além das receitas de aplicações financeiras – em total de R\$ 10.879.044,69.

Ou seja, a Comuna, em razão da densidade demográfica de alunos, é daquelas que mais recebe do Fundo, disso importando em responsabilidade para a exata aplicação dos valores.

Ocorre que a fiscalização anotou que os investimentos com recursos do FUNDEB limitaram-se a 88,15% do valor transferido; e, portanto, a deficiência atingiu R\$ 1.288.954,00 – boa parte desse valor não empregado até a data-legal limite de 31.03.15.

Sobre o tema, realço que a dependência de recursos à educação visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205 da CF/88).

¹ A E. Primeira Câmara, em Sessão de 13.09.16, estava formada pelos ee. Conselheiros Cristiana de Castro Moraes – Relatora, Edgard Camargo Rodrigues - Presidente e Renato Martins Costa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Desse modo, o FUNDEB, possui concepção ampla, instituído pelo prazo de 14 anos, onde os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos das receitas da arrecadação e transferência de impostos à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

Ratificando a necessidade da vinculação de investimentos contínuos na educação, foi estabelecido que os recursos do FUNDEB serão aplicados na valorização do magistério em efetivo exercício na rede pública – em montante mínimo de 60%; e, quanto ao chamado FUNDEB 40%, de forma mais genérica, deverá ser utilizado na forma destacada pelo art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Portanto, é possível perceber que os recursos vinculados ao ensino geral estão ligados à capacidade arrecadatória de cada ente federativo, ao passo que aqueles vinculados ao FUNDEB têm a ver com a população estudantil concentrada no Município, de modo que se procura, por meio desse instrumento, igualar as condições de aprendizado em nível nacional.

Assim, a verba destinada à construção do FUNDEB possui objetivos específicos e complexos – constituindo-se em ferramenta apta ao grande esforço nacional para o desenvolvimento uniforme da educação.

Deste modo, o FUNDEB detém a mesma importância constitucional atribuída ao ensino geral, este preconizado no art. 212 da CF/88.

E, no caso concreto, relembro que os argumentos da defesa foram avaliados pela ATJ, a qual ratificou o percentual registrado pela fiscalização, consoante orientação da jurisprudência desta E. Corte.

Nesse sentido, insuficiente a integralização dos valores e patente o descumprimento dos termos do art. 21 da Lei 11.494/07² e a sistemática estabelecida pela CF/88.

b) A instrução da matéria revelou que o Município experimentou a expansão de sua RCL em 32,17% no período, ou seja, índice muito acima da inflação do exercício e até mesmo da taxa de crescimento do PIB nacional.

Aqui deve ser ressaltada a característica peculiar da Comuna, porque a RCL foi de R\$ 87.408.230,50, mas a arrecadação e transferência de impostos limitou-se a R\$ 39.145.109,71, somada ao “plus” do FUNDEB – R\$ 4.495.291,54 (R\$ 6.352.581,65 – R\$ 10.847.873,19).

Significa dizer que o volume de recursos arrecadados foi bastante impulsionado por receitas ligadas a royalties da indústria do petróleo – R\$ 28.086.108,43³, além de outras receitas de origem não tributária.

² **Lei 11.494/07**

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no [art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos [§§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal](#).

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Em seguida, observa-se que houve um déficit da arrecadação de R\$ 10.387.684,21, demonstrando que o plano orçamentário não se espelhou adequadamente na realidade econômica.

Sendo assim, cumpriu-se a máxima de que orçamentos superestimados dão margem emissão de empenhos sem lastro financeiro e, bem assim, carentes dos estudos preliminares que resultaram na LOA, incluindo aqui prejuízo às políticas públicas de desenvolvimento da melhoria da qualidade de vida da população, antes discutidas pelo Legislativo, sob o monitoramento da própria comunidade – ante a sistemática de chamamento às audiências públicas⁴.

Não bastasse, procedeu-se a abertura de créditos adicionais e realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições em percentual de 39,79% - ou seja, em montante de R\$ 39.631.116,52, de forma que foi totalmente descaracterizado o planejamento inicial.

Aqui os atos praticados ficaram ao largo das orientações traçadas pela Corte, mediante edição do Comunicado SDG 29/10⁵.

³ **AUDES – Pentaho**

17212200 - TRANSFERÊNCIAS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	17212250 - COTA-PARTE ROYALTIES PELA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL - LEI Nº 9.478/97, ART. 50	26.137.515,81
17212200 - TRANSFERÊNCIAS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	17212270 - COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	210.246,00
17212200 - TRANSFERÊNCIAS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	17212290 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	1.738.346,62

⁴ **LC 101/00**

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009\).](#)

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009\).](#)

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009\).](#)

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009\)](#)(Vide Decreto nº 7.185, de 2010)

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: [\(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009\).](#)

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009\).](#)

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009\).](#)

⁵ **COMUNICADO SDG nº 29/2010 – DOE 07, 19 e 20/08/10**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que, na elaboração do projeto de lei orçamentária, deve a Administração atentar para os seguintes cuidados.

1. Para satisfazer princípio básico de responsabilidade fiscal, os programas governamentais devem ser bem previstos, daí evitando as constantes alterações ao longo da execução orçamentária.

2. O projeto orçamentário agregará todas as entidades públicas do nível de governo, o que inclui Administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; isso, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição.

3. Nos moldes do § 8º da mencionada norma, a autorização para créditos suplementares não deve superar os índices de inflação esperados para 2011, de forma a impedir a desfiguração da lei orçamentária.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Também expressivo foi o aumento das despesas autorizadas, superior à própria arrecadação.

Desse modo, o resultado da execução orçamentária foi deficitário em 7,39%, ou seja, as despesas realizadas superaram em R\$ 6.591,975,81 as receitas do período – mesmo diante do expressivo aumento da RCL.

Lembro que, mesmo pequenos déficits de execução orçamentária, se reiterados, são capazes de produzir desequilíbrio fiscal, mas o fato é que o Município vem apresentando resultados negativos a vários anos – registrados desde 2008.

Por consequência, o Município, que já vinha de déficit financeiro negativo, elevou o saldo negativo a R\$ 15.916.287,17.

Aqui observa-se que o saldo negativo se mostrou bastante superior a 1 (um) mês de arrecadação [R\$ 87.408.230,50 (RCL) : 12 (meses) = R\$ 7.284.019,20], considerado o parâmetro que vem sendo estabelecido em recente jurisprudência firmada nesta Casa, para entender que não poderá ser coberto, senão com atitudes rígidas em prol do equilíbrio fiscal.

Isso porque o Município se apresentou, ao final do período, em total incapacidade de pagamento das dívidas de curto prazo, consoante que, a cada R\$ 1,00 de dívida, havia apenas R\$ 0,30 para pagamento.

Ademais, da cesta que compõem os compromissos de curto prazo (Passivo Financeiro – R\$ 22.872.205,73), apenas R\$ 7.848.990,29 referia-se restos a pagar não processados, indicando imediata exigibilidade da maior parte da dívida.

Em outras palavras, haverá necessidade de rígido controle fiscal, produzindo superávits primário e nominal em próximo exercício, a fim de que os resultados da gestão do período possam ser contornadas.

Nesse conjunto, as contas apresentaram em desconformidade com a gestão fiscal responsável, transparente e planejada, inibindo a emissão de juízo favorável aos demonstrativos.

-
4. Tendo em mira o princípio orçamentário da exclusividade, os institutos constitucionais da transposição, remanejamento e transferência serão objeto de lei específica e, não, de autorização genérica no orçamento anual (art. 167, VI da CF).
 5. Conforme o art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964, a despesa orçamentária será decomposta, no mínimo, até o nível do elemento.
 6. Quanto aos precatórios judiciais, o montante das dotações deve conformar-se à opção feita no Decreto que, a modo dos incisos I e II, § 1º, art. 97 do ADCT, tenha sido editado pelo Poder Executivo.
 7. Caso ainda exista dívida líquida de curto prazo (déficit financeiro), há de haver previsão de superávit orçamentário, contendo-se parte da despesa sob a forma de Reserva de Contingência.
 8. De igual modo, há de haver Reserva de Contingência para evitar despesa à conta de eventual reserva financeira do regime próprio de previdência (art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 2001, alterado pela Portaria Conjunta nº 1, de 2010 – STN/SOF).
 9. A inclusão de obras e outros projetos depende do atendimento orçamentário dos que estão em andamento (art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal).
 10. À vista do art. 165, § 6º da Constituição, há de se elaborar anexo demonstrando a perda de receita face às renúncias fiscais que ainda persistem no ente estatal (isenções, anistias, remissões e subsídios).
 11. No escopo de controlar o art. 73, VI, “b” e VII da Lei Eleitoral, deve haver específica Atividade para os gastos de propaganda e publicidade, especialmente quanto ao último ano de mandato.
 12. Para satisfazer o princípio da transparência fiscal, há de também haver específica Atividade para recepcionar despesas sob o regime de adiantamento (art. 68 e 69 da Lei nº 4.320, de 1964).
 13. O orçamento legislativo deve conformar-se aos novos limites da Emenda Constitucional nº 58, de 2009, sendo que, em hipótese alguma, deve a Prefeitura assumir gastos próprios da Câmara de Vereadores.
 14. As dotações da Educação devem apresentar certa folga, no intento de suportar eventual crescimento da receita de impostos e dos repasses do Fundo da Educação Básica – FUNDEB.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



a) No que diz respeito aos precatórios, conforme consta no sítio informativo do E.TJESP, o Município tem por definido o regime “mensal”, através do Decreto 2294/10, de 12.03.10.

Ou seja, o Município estabeleceu – consoante EC 69/09, que os pagamentos deveriam ser feitos à razão de 1/15 por ano.

"Art. 97. Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo:

I - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou

II - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

Evidente que o prazo submetido à quitação da dívida judicial foi revisto pelo E. STF, na medida em que houve modulação dos efeitos da decisão proferida sobre a inconstitucionalidade da EC 62/09, submetendo o prazo limite a 2020.

Aqui a inspeção registrou quadro de pagamentos em total de R\$ 2.220.480,73 – dos quais, R\$ 220.000,00 e R\$ 173.233,74 pagos em ocasiões distintas, foram utilizados para cobrir insuficiência de 2013, sendo, na verdade R\$ 1.827.247,00 do período.

Desse modo, diante da carência de informações, a inspeção não conseguiu destacar o montante devido de precatórios – situação reincidente na avaliação dos exercícios anteriores (2013, 2012, 2011 e 2010); **por extensão, não é possível definir o montante devido no período sob exame.**

Sinal de falta de adequação à regra de pagamentos foram sequestros judiciais em montante de R\$ 156.598,78.

E, pelo Município, defendeu-se dizendo que o DEPRE não tem informado corretamente a dívida com precatórios para que seja lançada no passivo; e, embora inexistente o Mapa, tem recolhido as quantias solicitadas pelo E.TJESP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



A SDG, por sua vez, anotou que em pesquisa junto ao sítio eletrônico do E.TJESP, avaliou que das ordens endereçadas ao pagamento de 2014, parte não havia sido adimplida pela Prefeitura.

Logo, diante da absoluta falta de informações confiáveis a respeito do tema – sobretudo na oportunidade de defesa, não há como abonar os atos da Municipalidade no cumprimento dos pagamentos devidos aos precatórios.

*Assim, diante do verificado nos autos, voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de IGUAPE, exercício de 2014, excetuando-se ainda, os atos, porventura, pendentes de julgamento neste E. Tribunal.*

O r. parecer foi publicado em 30.09.16 – sexta-feira (fls. 295/329).

Nas razões de seu apelo o Recorrente fez lembrança aos índices positivos das contas, aqui incluindo o IEGM atribuído por esta E. Corte, bem como as medidas corretivas adotadas frente ao princípio da transparência fiscal e confiabilidade dos registros contábeis.

Ainda foi destacado que a Administração adotará medidas necessárias visando acelerar o processo de cobrança da dívida ativa e implantação do controle interno.

No que diz aos pontos capitais, anotou que houve falha contábil no tocante aos registros de investimentos com recursos do FUNDEB, posto que o Empenho 1716 – R\$ 489.507,95 – 24.03.14 – refere-se à folha de pagamento do mês de fevereiro/14, empenhada em duplicidade, porém não paga e nem anulada; e, em 30.12.14, o Empenho 8337, empenhado no valor de R\$ 485.992,07, para ser pago com recursos próprios – Ensino Fundamental, porém pago com recursos do FUNDEB – em 09.01.15 e 13.01.15 naquele total.

Em face do exposto, solicitou as seguintes alterações:

- inclusão do valor aplicado com recursos do FUNDEB/Magistério, R\$ 485.992,07, passando de R\$ 6.771.246,62 a R\$ 7.257.238,69, correspondente a 66,71%.

Ainda, diante da adição destacada, solicitou que seja subtraído o mesmo valor aplicado junto aos recursos próprios, passando de R\$ 12.344.368,79 para R\$ 11.858.376,72 – equivalendo a 30,29% na aplicação da MDE.

Também asseverou que o valor empenhado e pago com recursos próprios superou em R\$ 2.072.099,47, que somados aos valores pagos com recursos do FUNDEB, superaria em muito o recebido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Enfim, reconheceu que houve falha de ordem técnica, pois os pagamentos do FUNDEB e dos Recursos Próprios são pagos pela Divisão de Tesouraria, que ao fazer os pagamentos, devido a alguns bloqueios que ocorrera, por ordem judicial, acabou fazendo pagamentos com recursos próprios, o que na verdade poderia ter sido feito com recursos do FUNDEB.

Nesse sentido, pediu pelo provimento do apelo e emissão de parecer favorável sobre as contas de 2014.

O Pedido de Reexame foi interposto nesta Corte em 01.11.16 (fls. 330/333 – com documentos que acompanham).

A Assessoria Técnica, em detalhada análise do feito, registrou que da decisão de Primeira Instância constou que o Município aplicou 31,53% das receitas da arrecadação e transferência de impostos na educação; e, quanto ao FUNDEB, restando aplicação geral de 88,15%, dos quais foram destinados 62,24% na remuneração dos profissionais do magistério.

Sobre os pedidos formulados em recurso, o setor competente de ATJ avaliou – quanto à alegação de que a NE 8337 fora empenhada na dotação de recursos próprios e quitada com recursos do FUNDEB, há carência de documentos aptos a corroborá-la, sendo necessário o apoio documental, a exemplo da cópia da NE, dos documentos de pagamentos, extrato da conta bancária vinculada ao FUNDEB correspondente ao mês de janeiro/15, contendo a identificação dos pagamentos na ordem de R\$ 344.441,92 em 09.01.15 e R\$ 141.550,15 em 13.01.15, somando R\$ 485.992,07.

Nesse sentido, a ATJ não respaldou a transferência do valor indicado, dos cálculos do ensino geral para o FUNDEB.

Quanto ao outro aspecto alegado, disse a ATJ que o remanejamento do valor aplicado com recursos próprios além do piso constitucional para cobrir a deficiência apurada na aplicação do FUNDEB deixou de ser acolhida desde as contas anuais de 2011, nos termos da Deliberação TC-A-24468/026/11.

Nesse sentido, a ATJ ratificou que, após as impugnação efetuadas pela fiscalização – despesa de exercício anterior e restos a pagar não quitados até 31.03.15 – e reconhecida no voto condutor do r. parecer combatido, apurou-se o índice de 88,15% aplicado no FUNDEB, havendo deficiência que atingiu R\$ 1.288.954,00 – 11,85% (fls. 356/359).

As opiniões que se sucederam na Assessoria Técnica, incluindo sua i. Chefia foram pelo não provimento do apelo (fls. 360/363).

O d. MPC caminhou no mesmo sentido, pelo não acolhimento do recurso e manutenção do parecer desfavorável às contas (fls. 364/366).

É o relatório.

GCCCM/25



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



GCCCM

E. TRIBUNAL PLENO

SESSÃO DE 27/09/2017

ITEM 024

Processo: TC-256/026/14

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE

Responsável: Joaquim Antonio Coutinho Ribeiro – Prefeito Municipal

Período: 01.01 a 31.12.14

Assunto: Contas anuais do exercício de 2014

EM EXAME: PEDIDO DE REEXAME

Procurador: Ivan Costa Ribeiro – OAB/SP 292.412

(Expedientes que acompanham: TC-256/126/14, TC-40001/026/14, TC-18845/026/15, TC-6192/026/16)

Aplicação total no ensino	31,53% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	62,24% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	88,15%
Investimento total na saúde	41,37% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	6,89% (máximo 7%)
Gastos com pessoal	42,79% (máximo 54%) –
Remuneração agentes políticos	Em ordem
Encargos sociais	Em ordem
Precatórios	Irregular
Resultado da execução orçamentária	Déficit 7,39% - R\$ 6.591.975,81
Resultado financeiro	Déficit R\$ 15.916.287,17

Porte Médio

Região Administrativa de Registro

Quantidade de habitantes 29.031

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhor Procurador do MPC,

Em preliminar,

O recurso é adequado, além disso, foi interposto por parte legítima, guardando tempestividade.

Presentes as condições de admissibilidade, conheço do apelo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES



Mérito

Conforme destacado foram diversos motivos que ensejaram a rejeição das contas em Primeira Instância – ou seja, insuficiência na aplicação dos recursos do FUNDEB, desequilíbrio na execução orçamentária e financeira, além da falhas na gestão de precatórios.

Contudo, o Recorrente limitou-se a atacar a decisão desfavorável apenas no que tange ao FUNDEB, tornando preclusa e tornando estável a matéria pertinente aos demais pontos.

E, no que diz respeito às razões interpostos, bem rebatidas pela ATJ, considerando a falta de documentos hábeis ao convencimento e, especialmente, porque esta E. Corte definiu por meio da Deliberação TC-24468/026/11, publicada em 28.07.11, que ***“...a partir das contas de 2011, não mais será admitida qualquer forma de integralizar as aplicações do FUNDEB que não tenham guardado rigorosa observância às disposições do art. 21, § 2º, da Lei 11.9494/07, ainda que excedido o piso do artigo 212 da Constituição Federal”***.

Nesse sentido, não há como acolher as razões de recurso interpostas, mantendo-se o r. decidido anteriormente pelos seus próprios fundamentos.

De todo o exposto, voto pela NEGATIVA DE PROVIMENTO do Pedido de Reexame interposto, a fim de manter o juízo desfavorável antes emitido sobre as contas de 2014 da Municipalidade de IGUAPE,.

É como voto.